

DA EUROPA E DAS RELAÇÕES LUSO-ESPANHOLAS. ALGUMAS REFLEXÕES PESSOAIS

Jorge Sampaio¹

Eduardo Mendonza, numa passagem do cativante romance *A Cidade dos Prodígios* reflecte sobre a fugacidade do tempo e as inquietações trazidas pelas transformações da história. Depois de caracterizar o século XIX como um prolongado campo de batalhas, escandido pelo soar dos canhões e pelos tiros de guerra, Eduardo Mendoza apresenta nos seguintes termos o século XX:

Agora só se ouvia o vaivém dos teares, o ronronar e as detonações do motor de explosão. Tinha sido um século comparativamente parco em guerras; pelo contrário, muito rico em novidades: um século de prodígios. Agora a Humanidade cruzava o umbral do século XX com um estremecimento. As mudanças mais profundas ainda estavam para vir, mas agora as pessoas já estavam cansadas de tanta modificação, de tanto não saber o que traria o dia de amanhã; agora encaravam as transformações com receio e às vezes com temor. Não faltavam visionários que imaginavam como seria o futuro, o que este tinha reservado para aqueles que chegassem a vê-lo.

Serve este extracto de mote às reflexões que aqui apresento, mas também vale como advertência, pois evocar o passado para melhor compreender o presente e assim ajustar o futuro às nossas ambições encerra sempre o risco óbvio, acima denunciado, de se cair em duvidosos exercícios de futurologia. Não menos certo, porém, é que, obviar totalmente a este risco, implicaria renunciar a construir a nossa própria história, a moldar o mundo com ambição, valores e uma visão de futuro. Um preço demasiado alto, para não correr o risco. Por isso, vale a pena o desafio de alinhar alguns pensamentos sobre os tempos presentes e os desafios que, naturalmente como Estados, nações e povos europeus, teremos de enfrentar, se quisermos continuar a traçar o rumo do nosso continente na rota das civilizações.

Se tivesse de caracterizar o ano de 2005 no que respeita à Europa, era bem provável que alguma das personagens de Eduardo Mendonza se lhe pudesse referir como um ano de ressaca. Ano de ressaca para a Europa, por causa de 2004, que foi um ano europeu muito intenso, um momento alto para a Europa, um tempo forte da construção europeia. Em 2004, fecharam-se vários ciclos: o do alargamento a leste, um processo de lenta evolução que corria desde a queda do muro de Berlim, em 1989; o do aprofundamento, anunciado, maturado e de alguma forma sempre adiado, desde Maastricht, que se consumou com a assinatura do primeiro do Tratado Constitucional europeu; o da própria vida das instituições europeias, com a renovação do Parlamento e da Comissão. No quadro europeu, 2004 foi um ano de retumbantes sucessos, em flagrante oposição ao ano anterior de 2003, o qual tinha sido tristemente dominado pelo cisma iraquiano. Acresce que os êxitos europeus de 2004 sobressaíram tanto mais porquanto, no plano mundial, a actualidade continuou marcada pela ameaça do terrorismo internacional, pela crise no Iraque e pelo conflito israelo-árabe. Em abono da verdade, apenas o fraco crescimento da zona euro, em pleno contraste com a emergência de novos e pujantes pólos de dinamismo na Ásia, projectou algumas sombras neste ano de sucessos.

Porventura refém do ano bom de 2004, 2005 foi para a Europa um ano de ressaca. Ressaca porque a digestão dos êxitos não se revelou fácil, porque a oportunidade histórica sem precedentes de paz, liberdade, democracia e prosperidade que se abriu na Europa não surtiu os efeitos esperados e gorou mesmo as expectativas dos mais optimistas. O impacto do alargamento junto das opiniões públicas traduziu-se pelo ressurgimento de egoísmos nacionais antigos,

portadores de vulnerabilidades, tensões e fracturas. A recusa do Tratado Constitucional em França e nos Países Baixos potenciou a desconfiança no projecto europeu e inviabilizou, nos prazos previstos, o aprofundamento da integração política da Europa. Além disso, no plano económico, apesar da realização do mercado interno e da União Económica e Monetária, o crescimento da economia da zona euro continuou claramente insuficiente; no plano social, o desemprego manteve-se em níveis intoleráveis, com a ameaça das deslocalizações a pesarem sempre mais, não parecendo nem a Europa nem os seus Estados Membros deter os instrumentos necessários para combater o problema; no plano da segurança e apesar de alguns progressos, novos ataques terroristas ameaçaram as populações, alimentando, por outro lado, atitudes racistas e xenófobas, geradoras de tensões entre as comunidades que compõem a maior parte das nossas sociedades multi-étnicas. Apenas a aprovação, *in extremis*, das Perspectivas Financeiras para o período de 2007-2013, salvou o ano europeu de 2005 de um balanço amplamente negativo.

A ressaca, que dominou 2005, tem-se prolongado pelo ano em curso, agora praticamente a findar. Mas adquiriu agora contornos de uma crise funda, resultante não só da acumulação das dificuldades internas, mas também do cruzamento de inúmeros factores de perturbação externa. Assistimos actualmente a um avolumar de problemas mal resolvidos, a uma quebra de um genuíno espírito de unidade, de solidariedade e de coesão entre os membros da União. É também perceptível a ausência de um rumo claro e de uma estratégia partilhada de actuação, embora a Comissão venha fazendo esforços crescentes no sentido de relançar algumas políticas europeias e de assim reforçar as solidariedades de facto entre os parceiros europeus.

A acumulação destes factores de sinal negativo está a gerar uma crise de confiança que, a meu ver, é grave e insidiosa. Grave porque a confiança é o cimento do pacto europeu, como aliás de qualquer contracto político. Insidiosa porque tem levado, com cada vez mais frequência, a pôr em causa a bondade do projecto europeu e as suas realizações emblemáticas, de que são exemplos, o mercado único, o euro ou a livre circulação de pessoas. E não parece haver, no futuro imediato, grandes perspectivas de desanuviamento da situação.

Por um lado, mantém-se o impasse constitucional, por um período de reflexão que, até à data, não produziu frutos tangíveis. Tudo está em se conseguir encontrar uma fórmula que permita responder às preocupações manifestadas pelos eleitores franceses e neerlandeses, sem prejuízo da vontade expressa pelos

povos cujos Estados já ratificaram o Tratado. Ora, encontrar uma fórmula que concilie estas duas exigências, em larga medida contraditórias, não será tarefa nem de rápida nem de fácil execução. Por outro lado, persiste a dificuldade central em encontrar respostas adequadas para os incessantes desafios da globalização. A perda de competitividade dos nossos sistemas de produção parece imparável, o desempenho global da economia europeia continua marcado por uma prolongada atonia e a ameaça do desemprego afecta cada vez mais europeus.

De facto, devemos reconhecer que é precisamente nas áreas em que os efeitos negativos da globalização mais se têm feito sentir —economia, emprego, segurança— que a Europa mais tem revelado as suas insuficiências e a sua incapacidade em secundar a acção dos Estados. Estes encontram-se a braços com a questão da sua própria sustentabilidade, confrontados com a necessidade de efectuar reformas que permitam responder aos desafios do envelhecimento da população e à pressão da nova economia globalizada. Também neste campo se colocam inúmeros problemas e são mais as dúvidas do que as certezas quanto ao melhor caminho para reformar de forma satisfatória o modelo social europeu no actual quadro da globalização e das pressões ultraliberais de toda a ordem.

Por seu turno, no plano da segurança, há uma desadequação entre a ameaça terrorista e as respostas para a enfrentar ou para a combater, num contexto internacional muito complexo, com a persistência da violência no Iraque e do agravamento da situação no Médio Oriente, as incertezas quanto à questão nuclear iraniana, a emergência da nova problemática da segurança energética e a latência de um confronto entre o Islão e o Ocidente, no seio das nossas próprias sociedades europeias:

No quadro da actuais dificuldades, gostaria ainda de referir a questão da imigração, não só pelas proporções que os fluxos migratórios têm atingido nos últimos tempos, com a chegada à Europa de muitos milhares de imigrantes ilegais, em condições de chocante desumanidade, mas também porque esta é uma matéria em que o processo de integração europeia poderia e deveria avançar rapidamente. De facto, temos de reconhecer que a imigração na Europa é indispensável para criar condições de vitalidade económica, de coesão social e de sustentabilidade do modelo social europeu. Por isso, me pareceria fundamental apostar no desenvolvimento de políticas activas de integração, fundadas no pluralismo cultural e no princípio de uma cidadania participativa, erradicando assim eventuais

más razões para justificar atitudes xenófobas, actos discriminatórios e comportamentos raciais.

Dramatizar excessivamente ou minimizar em demasia a gravidade das dificuldades actuais não contribuirá decerto para as ultrapassarmos. Sem dúvida que, admiti-las, é o primeiro passo para as afrontarmos. Para tal, importa reconhecer que presentemente vivemos uma situação marcada por paradoxos e algumas contradições. Isso explica que a União Europeia se encontre hoje sob um processo de suspeição e de revisionismo, através do qual estão a ser postos em causa os próprios fundamentos do projecto europeu —a finalidade prosseguida, o modelo de integração desenvolvido até agora e os meios utilizados. Mas a meu ver este é um perigoso movimento de recuo que urge combater, embora devamos, naturalmente, questionarmos sobre a origem das presentes dificuldades.

Uma das questões que legitimamente se coloca é a de saber se a União Europeia, como instância de regulação da globalização, tem ido tão longe quanto possível, ou, se poderá reforçar ainda mais o seu papel. Ou seja, trata-se de saber se parte dos actuais problemas não deriva precisamente de um défice de intervenção comunitária no plano da governação económica da zona euro e de uma actuação pouco eficaz da União Europeia nos fora multilaterais que lhe retira peso político como actor da globalização. Um outro ponto, que merece reflexão, é o de saber se, enquanto força reguladora do mercado único europeu, a União Europeia não requer que se equacione de uma forma mais adequada não só o chamado «interesse nacional», mas também os equilíbrios bilaterais entre os parceiros —e designadamente, no nosso caso, os equilíbrios intra-peninsulares—.

Com estas breves notas, apenas pretendo chamar a atenção para alguns dilemas perante os quais nos encontramos. Por um lado, a solução dos problemas postos pela globalização passa —não tenho, por mim, dúvidas—, pelo reforço da esfera de actuação da União Europeia. Por outro, esta opção exige um correspondente exercício de aperfeiçoamento do que se entende por interesse nacional, porventura à luz de uma perspectiva mais ampla do que a tradicional e equacionada num horizonte dilatado no tempo.

No que respeita a Portugal, toda a problematicidade das nossas relações com Espanha se encontra contida neste dilema. Parece-me indiscutível que nos encontramos num período charneira, de mudança de paradigmas (no plano económico, social, cultural e identitário), que nos obriga a repensar o conceito de soberania nacional a partir de novos parâmetros e realidades, no quadro de Estados-Nação

que, em conjunto, asseguram o exercício de responsabilidades e competências partilhadas. A questão que se coloca é, naturalmente, a de saber como potenciar o interesse geral europeu sem prejuízo da defesa do interesse nacional dos seus Estados, cujos interesses próprios não são nem necessariamente sempre idênticos entre si, nem sequer complementares.

No caso concreto das relações luso-espanholas, este dilema coloca-se naturalmente no plano complexo das nossas relações económicas, mas também culturais e até políticas. A este respeito, não tenho a menor dúvida de que a nossa comum integração europeia introduziu uma verdadeira mutação qualitativa no nosso relacionamento bilateral, extremamente positiva e benéfica para ambas as partes. No entanto, creio também, que, ao cabo de vinte anos de comum caminhar europeu, estamos perante uma nova encruzilhada com o seu lote de interrogações, desafios e porventura dificuldades, que importa enfrentar. De resto, esta problemática não é exclusiva do nosso relacionamento peninsular, afectando igualmente as relações bilaterais de outros parceiros europeus.

Um ponto, no entanto, julgo inquestionável: a União Europeia não é a causa dos nossos problemas actuais, mas é parte incontornável da sua solução. De facto, apesar de a presente crise se situar antes de mais no plano nacional dos Estados Membros, as dificuldades com que nos defrontamos, reflectem, pela sua dimensão estrutural, preocupantes sinais de vulnerabilidade do modelo de desenvolvimento comum à maioria dos parceiros da União Europeia. Ora, para estes problemas, que são de natureza global, não há, parece-me, soluções unilaterais nem espaço para atitudes isoladas.

Assim, o primeiro passo neste processo consiste em recusar os impasses da xenofobia, do protecçãoismo, do retraimento internacional e do impulso libertário de desmantelamento do modelo social europeu. Por isso, a meu ver, importa empenharmo-nos na procura das melhores estratégias para que a União Europeia, como um todo, possa sair da crise. Assim, importa, antes de mais, esforçarmo-nos nas reformas do modelo social europeu para garantir a sua sobrevivência. Importa, depois, apostar, na abertura de novos domínios de cooperação e integração regional, mormente na segurança, na defesa, na regulação dos fluxos migratórios e na política europeia de vizinhança. Só assim poderemos ganhar de novo a confiança dos cidadãos e credibilizar o projecto europeu.

Existem todas as condições estruturais para a Europa possa recuperar posições nos domínios da ciência, da inovação, da tecnologia ou da produtividade, desde que os responsáveis europeus saibam recuperar

uma visão realista que conjugue a execução de programas internos mobilizadores das suas capacidades com uma política internacional, livre de preconceitos e de complexos. A União Europeia é demasiado importante no sistema internacional para se entregar a uma lógica de fechamento depressivo ou a reacções emocionais face aos poderes que lhe disputam espaço de influência no mundo de hoje, representem eles hegemonias já instaladas, como a americana, ou potências emergentes como a China ou a Índia.

Por outro lado, a União Europeia não pode deixar de assumir responsabilidades crescentes no domínio da segurança regional e na garantia da estabilidade das regiões vizinhas. Neste particular, Espanha e Portugal ganhariam em unir esforços para que o reforço da cooperação com os países da orla meridional e oriental do Mediterrâneo incluindo o Médio-Oriente continue a ser uma prioridade política da agenda europeia. No difícil contexto das actuais relações internacionais e perante o enorme repto com que nos confrontamos em que a paz e a segurança mundiais estão ameaçadas, a parceria euro-mediterrânica reveste uma mais valia inegável, colhendo dividendos do facto de associar directamente países árabes, mediterrânicos e europeus que, entre si, prosseguem já projectos de cooperação política, económica e cultural.

A meu ver, dever-se-ia aproveitar melhor as extensas potencialidades, sempre insuficientemente exploradas, do Processo de Barcelona para estimular a cooperação entre os parceiros euro-mediterrâneos, para conjugar esforços na luta contra o terrorismo e para atenuar os efeitos negativos da crise actual quer a nível económico quer no plano cultural. Acresce, naturalmente, que, mais do que nunca, se impõe a cooperação de todos os parceiros no sentido de fazer avançar o cada vez mais problemático Processo de Paz no Médio-Oriente, pedra angular da pacificação das relações entre os povos da bacia mediterrânica e da estabilidade na Europa e no mundo.

Não podemos consentir que o futuro venha dar razão às teses, hoje tão em voga, sobre o declínio do Ocidente, o ocaso das civilizações ou, pior, uma guerra entre civilizações. De resto, a poderosa força de atracção que a União Europeia continua a exercer junto dos povos de países terceiros —na atormentada região dos Balcãs, nos Estados da vizinhança próxima, no continente africano ou em continentes mais distantes— atesta bem o seu sucesso, apesar das dificuldades presentes.

Gostaria de terminar com uma nota de optimismo, particularmente no que respeita à crise política aberta pelos referendos negativos dos Países Baixos e em França. Para além do problema criado pela

rejeição do Tratado Constitucional, que está por resolver, houve, a meu ver, algo de muito positivo nestas consultas pois a alta taxa de participação registada atesta que está em curso o processo de politização da União Europeia. Este é um facto que reveste a maior importância pois revela que a Europa é enfim percebida como um «objecto político», susceptível de ser sancionado, positiva ou negativamente, pelos povos, através de um mecanismo democrático —a consulta directa por sufrágio universal—.

Neste sentido, estas consultas traduziram uma vitória da Europa política e a afirmação da Europa dos cidadãos: a União Europeia interessa os europeus, diz respeito ao seu futuro e estes pretendem pronunciar-se sobre o que dela esperam e o que para ela reclamam. Em suma, a reivindicação de uma Europa política e de uma democracia participativa começam pois a ganhar corpo. Este facto é animador e mostra a via a seguir: ficar à escuta dos cidadãos e ir ao encontro das suas expectativas, fazer desaparecer os motivos dos seus receios e dar-lhes razões para confiarem no projecto europeu. Mas, retomando e concluindo, como comecei, com Eduardo Mendoza, importa sobretudo que os europeus não soçobrem ao cansaço e ao temor das transformações, das que já assistiram ou operaram, mas também das muitas com que o dia de amanhã e os tempos vindouros não cessarão de os confrontar, pondo à prova a sua capacidade de adaptação, a sua criatividade e, afinal, testando a vitalidade da nossa civilização.

NOTAS

¹ Retoma o tema de uma Conferência proferida em Barcelona, em Julho de 2006.

RESUMEN

El autor analiza la situación de crisis en que se encuentra la Unión Europea en 2006, tras dos años en los que el papel de Europa no ha parado de crecer en el mundo. Sin embargo, la existencia de problemas no solucionados y, sobre todo, los diferentes desafíos de la globalización (competitividad, seguridad, inmigración...). Es en este contexto general en el que actualmente se insertan las relaciones entre España y Portugal, cuyas relaciones bilaterales se vieron favorecidas por la integración en la UE.

En la versión electrónica de *Pliegos de Yuste* (<http://www.pliegosdeyuste.com>) se hallará la versión castellana de este artículo.